

**Práticas desenvolvidas pelas Secretarias Municipais em Picos- Piauí-
Brasil que condizem com a agenda ambiental da administração
pública (A3P)**

**Practices developed by the Municipal Secretariats in Picos - Piauí -
Brazil that are consistent with the environmental agenda of public
administration (A3P)**

DOI:10.34117/bjdv7n5-214

Recebimento dos originais: 07/04/2021

Aceitação para publicação: 03/05/2021

Maikanne Fransuely de Oliveira Leal

Graduada em Administração de Empresas
Universidade Federal do Piauí – Picos – PI

Endereço: Rua Cícero Duarte, nº 905 - Junco, Picos - PI, CEP: 64607-670

E-mail: maika.leal@gmail.com

Maria Júlia de Moura

Graduada em Administração de Empresas
Universidade Federal do Piauí – Picos – PI

Endereço: Rua Cícero Duarte, nº 905 - Junco, Picos - PI, CEP: 64607-670

E-mail: naynarruda@gmail.com

Janayna Arruda Barroso

Doutoranda em Administração de Empresas - PPGA

Universidade Municipal de São Caetano do Sul – São Paulo – Brasil

Endereço: Rua Sto Antonio, 50 - São Caetano Do Sul - SP, CEP: 09521-160

E-mail: janaynaarruda@ymail.com

Renato Emanuel Gomes da Silva

Doutorando em Administração de Empresas – PPGA

Universidade Municipal de São Caetano do Sul – São Paulo – Brasil

Endereço: Rua Sto Antonio, 50 - São Caetano Do Sul - SP, CEP: 09521-160

E-mail: renatoemmanuel@hotmail.com

Luís Paulo Bresciani

Doutor em Política Científica e Tecnológica

Universidade Municipal de São Caetano do Sul – São Paulo – Brasil

Endereço: Rua Sto Antonio, 50 - São Caetano Do Sul - SP, CEP: 09521-160

E-mail: luis.bresciani@prof.uscs.edu.br

RESUMO

A adesão da A3P em órgãos públicos constitui uma iniciativa do Estado no combate ao desperdício de bens e recursos públicos nas três esferas do poder, inserindo uma nova postura através da sensibilização ambiental dos seus servidores. Esse estudo teve como objetivo analisar as práticas desenvolvidas pelas Secretarias Municipais em Picos- Piauí – Brasil e condizem com a agenda ambiental da administração pública. Essa pesquisa

adotou uma abordagem qualitativa, usando com instrumento de pesquisa um roteiro de entrevista. Os resultados da pesquisa permitiram verificar que no eixo 1 as Secretarias desenvolvem apenas um controle nos gastos relacionados a energia, o uso de copos descartáveis, e a reutilização de papéis, fatores que obedecem os 5R's abordados pela A3P. No eixo 2, não existe uma política efetiva para reciclagem dos materiais obsoletos, nem uma destinação alternativa para reciclagem dos seus resíduos. No eixo 3 promovem uma relação interpessoal com os servidores. No eixo 4 falta sistematização para capacitação e sensibilização ambiental para os servidores. No eixo 5 as secretarias não usam critérios sustentáveis na escolha dos licitados. Ainda sim fica constatado que embora não haja um conhecimento teórico sobre a A3P, as secretarias desenvolvem ações que estão em conformidade com os objetivos da Agenda, principalmente o eixo 1.

Palavras-chave: Poder público. Agenda A3P. Ações sustentáveis.

ABSTRACT

A3P membership in public bodies is a State initiative in combating the waste of public goods and resources in the three spheres of power, inserting a new stance through the environmental awareness of its employees. This study aimed to analyze the practices developed by the Municipal Secretariats in Picos-Piauí - Brazil and are in line with the environmental agenda of the public administration. This research adopted a qualitative approach, using an interview script with a research instrument. The results of the research allowed to verify that, in axis 1, the Secretaries develop only a control in the expenses related to energy, the use of disposable cups, and the reuse of papers, factors that obey the 5R 's addressed by A3P. In axis 2, there is no effective policy for recycling obsolete materials, nor an alternative destination for recycling its waste. In axis 3, they promote an interpersonal relationship with the servers. In axis 4, there is a lack of systematization for training and environmental awareness for civil servants. In axis 5, the secretariats do not use sustainable criteria when choosing bidders. Even so, it is verified that although there is no theoretical knowledge about A3P, the secretariats develop actions that are in accordance with the objectives of the Agenda, mainly axis 1.

Keywords: Public sector. A3P Agenda. Sustainable actions.

1 INTRODUÇÃO

A exploração e a interferência da atividade humana na natureza comprometem o meio ambiente a cada dia. Diante disso, surge a necessidade de práticas mais sustentáveis, uma vez que muitos dos recursos naturais não são renováveis e o consumo ilimitado gera impactos negativos. Embora sejam exigências antigas, apenas na década de 1970 começam a surgir preocupações a nível mundial com o assunto ambiental. Nessa ocasião, o tema responsabilidade ambiental ganhou maior visibilidade após as conferências mundiais promovidas pela ONU (Organização das Nações Unidas), despertando o interesse do poder público pela supervisão e a tentativa de minimizar os impactos causados.

No Brasil, mesmo sendo um assunto com garantias constitucionais; como no Artigo 225 que expõe o direito de cada cidadão e dever do Estado garantir que o ambiente seja ecologicamente saudável, valorizando a fauna e a flora, se utilizando de mecanismos de redução da emissão de gases nocivos à saúde humana e à natureza em si, preservando o meio ambiente pra as presentes e futuras gerações. A proposta de sustentabilidade se consolidou durante a Rio-92 como mecanismo motriz para o desenvolvimento econômico. Posteriormente, foi criada a Agenda 21 brasileira que marca o compromisso da sociedade, das instituições privadas e órgãos públicos com o meio ambiente, sendo eles responsáveis pela implementação de práticas sustentáveis no país.

A administração pública contribui com um papel relevante no enfrentamento das questões socioambientais, tendo em vista a sua condição de agente de políticas públicas, normatização e fiscalização de ações de âmbitos públicos ou privados. Cooperar no enfrentamento socioambiental, buscando estratégias e ações que promovam mudanças nos padrões de consumo e produção dos órgãos públicos, estimulando-os a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental em suas rotinas, visando minimizar o impacto do seu trabalho no meio ambiente.

Nessa perspectiva, alguns programas foram criados com base nesta conjectura, o Governo desenvolveu projetos no que se refere às estratégias de sustentabilidade. Por meio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) lançou-se, em 1999, o desafio às instituições governamentais, a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Aplicável a administração pública direta e indireta, nas três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal)

A importância da A3P no setor público tem sido cada vez mais discutida por autores como Barata (2007); Loyola (2008); Cogo (2012); Fabris (2014); Bezerra et. al. (2016) que abordam a necessidade de implementação de um sistema de gestão na administração pública (SGA) ressaltando o envolvimento dos dirigente e demais servidores no combate ao desperdício de bens públicos, tratando também, sobre a implementação, adequação e as barreiras em relação a adoção da A3P quanto à conservação do meio ambiente.

Portanto, o objetivo geral deste trabalho é analisar as práticas desenvolvidas pelas Secretarias Municipais em Picos que condizem com A3P.

A importância do poder público, em servir de exemplo para redução de impactos socioambientais negativos, mostra a relevância do tema aqui tratado. É fundamental que

haja mudança na política pública e na gestão pública, pois a concepção das ideias concernentes à viabilidade de uma gestão pública mais “limpa” traz um olhar sobre a atuação do estado na promoção de políticas ambientais, que não prejudique a população e que vise à colaboração de todas as esferas públicas no melhoramento da qualidade de vida das pessoas direta e indiretamente envolvidas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AÇÕES SUSTENTÁVEIS

A utilização imprópria dos recursos naturais, por décadas, não foi considerada uma questão relevante para administração pública, visto que o Estado estava mais ligado a uma visão de crescimento econômico através das políticas públicas voltadas ao consumo de bens e serviços. Com o tema ambiental recorrente nos fóruns e debates internacionais, surgiu o questionamento sobre como financiar a política pública de forma sustentável, mantendo o crescimento econômico e garantindo os recursos naturais para as futuras gerações; assumindo a mesma um papel relevante nas ações relacionadas às questões ambientais (BUENO et al., 2013).

Considerando os fatos, a preservação tornou-se uma preocupação mundial uma vez que a qualidade de vida ou mesmo o desenvolvimento econômico estão ligados ao meio ambiente (SOUZA, 2013). Nesta conjuntura a A3P (2009, p.10) deixa claro que:

as ações necessárias para o alcance da sustentabilidade ambiental devem ser vistas como um conjunto único, uma vez que nenhuma ação, de forma isolada, é capaz de propiciar ganhos significativos no enfrentamento dos atuais desafios socioambientais, cada vez mais em evidência, tanto no cenário nacional como internacional.

Fazendo um breve levantamento histórico, a preocupação ambiental no mundo ganhou os olhares dos seus governantes na década de 70. Em 1972, Dennis Meadows e os pesquisadores do "Clube de Roma" publicaram o estudo *Limites do Crescimento*. O estudo concluía que, mantidos os níveis de industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração dos recursos naturais, o limite de desenvolvimento do planeta seria atingido, no máximo, em 100 anos, provocando a diminuição da população mundial e da capacidade industrial. No mesmo ano ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente em Estocolmo (BRUNDTLAND, 1987).

Anos seguinte surgem os primeiros modelos globais que apontam para a urgência na mudança do direcionamento dos modelos de produção, padrões de consumo e políticas de desenvolvimento. O processo que se inicia com as publicações dos

relatórios *Limits to Growth*, em 1973, e Relatório Bruntland, *Our Common Future*, em 1987, culmina na realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a Rio-92.

No Brasil, após a conferência em Estocolmo, o país apresentou uma nova postura em relação ao meio ambiente. Assistiu-se, assim, à constituição gradual de um sistema governamental de agências ambientais, que por sua vez, passaram a exercer o poder de fiscalização e proteção. Foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente – SEMA, em 1973; o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em 1989; do Ministério do Meio Ambiente, em 1993; da Agência Nacional de Águas – ANA, em 2001, e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, em 2007, entre tantas outras iniciativas estruturadoras do setor público ambiental (LIMA, 2011). Ao lado dessa estrutura institucional, construiu-se igualmente um aparato jurídico amplo. Assim podemos verificar de forma sucinta no quadro 1.

Quadro 1: fundamentação legal

Lei	Dispõe
Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81)	Estabelece padrões que tornem possível o desenvolvimento sustentável, através de mecanismos e instrumentos capazes de conferir ao meio ambiente uma maior proteção
Lei 7.347/1985 - Lei da Ação Civil Pública	Trata da ação civil pública de responsabilidades por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor e ao patrimônio artístico, turístico ou paisagístico, de responsabilidade do Ministério Público Brasileiro.
Constituição Federal 1988	Contem normas direcionadas a problemática ambiental, definindo meio ambiente como bem de uso comum do povo.
Lei 9.433/1997- Lei de Recursos Hídricos	Institui a Política e o Sistema Nacional de Recursos Hídricos - Define a água como recurso natural limitado, dotado de valor econômico. Prevê também a criação do Sistema Nacional para a coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão.
Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998)	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Programa Nacional de Educação Ambiental- PNEA, instituído pela Lei nº 9.795/1999	Suas ações destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política ao desenvolvimento do País, resultando em melhor qualidade de vida para toda a população brasileira, por intermédio do envolvimento e participação social na proteção e conservação ambiental e da manutenção dessas condições ao longo prazo.
Lei 9.985/2000 - Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza	Entre seus objetivos estão a conservação de variedades de espécies biológicas e dos recursos genéticos, a preservação e restauração da diversidade de ecossistemas naturais e a promoção do desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais.
Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2001)	Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.
Lei de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007) Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010)	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Dispõem sobre princípios, objetivos e instrumentos, bem como as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e os instrumentos econômicos aplicáveis.

Fonte: Cartilha A3P, 5º Ed. Ministério no Meio Ambiente, 2009

O quadro deixa claro as principais disposições legais que amparam os eixos da A3P. Essas leis são gerais mas, foram utilizadas pela Agenda, por tratar de questões que são pertinentes a A3P, pois a agenda deixa claro que sua adesão é voluntária, não havendo pena para as entidades que não a adotam. .

A sustentabilidade econômica, social e ambiental é um dos grandes desafios da humanidade e exige ação do poder público para que seja possível garantir a inserção socioambiental nos processos decisórios, particularmente na formulação das políticas públicas. É dever da Administração Pública (FERREIRA; OLIVEIRA, 2021), proporcionar e promover ações que visem ao desenvolvimento de práticas e conceitos acerca da conscientização ambiental, como: consumir, evitar o desperdício e combater a destruição do ambiente, como está disposto na Agenda Ambiental da Administração Pública: “A Administração Pública, como grande consumidora de bens e serviços, como cumpridora responsável das políticas públicas precisa dar o exemplo das boas práticas nas atividades que lhe cabem.” (A3P, 2009, p.7).

Essa ação essencial para a qualidade de vida da comunidade a qual o poder público adota a A3P. As políticas ambientais terão uma nova abordagem acerca da necessidade de cuidar do meio-ambiente. Logo o papel da Administração Pública é de

conscientizar e educar os cidadãos acerca dos seus direitos e de como cada um pode influenciar positivamente e intervir nos avanços socioambientais.

2.2 AGENDA 21 E A AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)

No início da década de 1980, a ONU retomou o debate das questões ambientais com a criação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, para estudar o assunto. A comissão foi criada em 1983, após Conferência de Estocolmo, com o objetivo de promover audiências em todo o mundo e produzir um resultado formal das discussões. O documento final desses estudos chamou-se *Nosso Futuro Comum* ou Relatório Brundtland. Apresentado em 1987, propõe o desenvolvimento sustentável, que é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades” (BRUNDTLAND, 1991). O documento foi publicado após três anos de audiências com líderes de governo e o público em geral de todo o mundo sobre questões relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento.

Na década 90, a qualidade ambiental passou a fazer parte da vivência das pessoas, já que na ocasião a nova estrutura econômica mundial tenta adaptar-se as mudanças impostas pela nova ordem ambiental, que emergiu depois do relatório Brundtland. Em 1992, a discussão sobre a problemática ambiental cresce com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), realizada na cidade do Rio de Janeiro, onde se reuniram representantes de 179 países e de organizações não governamentais e configurou-se como uma tentativa de divulgar a nova concepção de desenvolvimento sustentável. Nessa Conferência, foram assinados importantes acordos ambientais que refletem sua influência até a atualidade. São eles: as Convenções do Clima e da Biodiversidade, a Agenda 21, a Declaração do Rio para o Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Declaração de Princípios para as Florestas (PECCATIELLO, 2011).

A Agenda 21 foi criada no intuito de estabelecer compromissos e intenções para a preservação e a melhoria da qualidade ambiental. Disposto sobre a implementação de ações sociais, econômicas, conservação e a gestão dos recursos para o desenvolvimento, fortalecimento das comunidades. Nessa concepção (BRASIL, 2009, p. 5) acrescenta que:

Agenda 21 não é apenas um documento. Nem é um receituário mágico, com fórmulas para resolver todos os problemas ambientais e sociais. É um processo de participação em que a sociedade, os governos, os setores econômicos e sociais sentam-se à mesa para diagnosticar os problemas, entender os conflitos envolvidos e pactuar formas de resolvê-los, de modo a construir o que tem sido chamado de sustentabilidade ampliada e progressiva.

Contudo, é plausível ressaltar que a Agenda 21 apresentou programas que podem ser considerados instrumentos fundamentais para a elaboração de políticas públicas em todos os níveis e que privilegiam a iniciativa local.

Nestes termos, o MMA, em agosto de 1999, criou a A3P como resposta da administração pública à necessidade de enfrentamento das graves questões ambientais. Para tanto era preciso repensar os padrões de produção e consumo do setor público e, em contrapartida, buscar estratégias que fossem inovadoras, ao mesmo tempo associadas à adoção de critérios, princípios e diretrizes socioambientais (MMA, 2009).

Partindo dessa prerrogativa, segundo o Ministério do Meio Ambiente (2009, p.31), que coordena as ações da A3P, tal agenda está em consenso com o Capítulo IV da Agenda 21 que, de acordo com o a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA), indica que a criação e desenvolvimento de programas voltados à conscientização sobre os padrões insustentáveis de produção e consumo, bem como o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças de tais padrões ofensivos à vida e ao ambiente. Com isso, os padrões seguiriam alguns princípios da Declaração do Rio/92, bem como na Declaração de Joanesburgo (África do Sul), que institui a “adoção do consumo sustentável como princípio basilar do desenvolvimento sustentável”.

2.3 AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)

A Agenda Ambiental na Administração Pública é um programa que visa implantar uma revisão de padrões de sustentabilidade nas organizações públicas. Buscando adicionar princípios da responsabilidade socioambiental, através do estímulo a determinadas ações que vão, desde uma mudança nos investimentos, compras, gestão adequada dos resíduos gerados, até a promoção da melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

A proposta da A3P busca instaurar nos órgãos públicos uma nova cultura institucional regulada na redução dos gastos institucionais, otimizando os recursos e

combatendo o desperdício. Envolvendo não apenas a equipe gestora, mas atingindo todos os níveis, o operacional, tático e estratégico das instituições.

Assim, segundo Barata et al., 2006 (apud COGO, 2012, p. 22):

Para se atingir esse objetivo é necessário o uso eficiente dos recursos naturais, materiais, financeiros e humanos. Esse modelo visa colocar os órgãos públicos em sintonia com a concepção de ecoeficiência, incluindo critérios socioambientais nos investimentos, compras e contratações de serviços dos órgãos governamentais.

A A3P tem como principal objetivo estimular a reflexão e a mudança de atitude dos servidores para que os mesmos incorporem os critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras. Buscando, de acordo com MMA (2009, p.33), sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais; promover a economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais; reduzir o impacto socioambiental negativo causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional; contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais, no âmbito da administração pública; contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

O MMA desenvolveu a A3P sob cinco eixos temáticos, priorizando seus princípios baseando-se na política dos 5R's (Reduzir, Repensar, Reaproveitar, Reciclar, Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos). Por tratar-se de uma ação voluntária, praticar os 5R's numa organização é uma transformação que requer força de vontade, principalmente por envolver mudanças de hábitos e costumes, uma vez que desperta para necessidade de um consumo consciente, no intuito de minimizar os impactos oriundos das atividades cotidianas.

2.3.1 Eixos da temática da A3P

A A3P foi oficializada pela Portaria Nº 510/2002. Com a finalidade de incentivar uma nova cultura institucional na administração pública, conscientizando os seus servidores na otimização dos recursos, incluindo critérios socioambientais nas atividades regimentais através do combate ao desperdício.

Quadro 2: os 5 (cinco) eixos temáticos da A3P

Processo	Descrição
Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	Utilização consciente do que é público, a fim do bem comum
Gestão adequada dos resíduos gerados	Criar políticas para aproveitar ao máximo cada elemento
Qualidade de Vida no Trabalho (QVT)	Desenvolvimento de um ambiente propício ao exercício das funções
Sensibilização e capacitação dos servidores	Trabalho de fator interno com a finalidade de conscientizar cada servidor sobre a sua importância na gestão pública
Licitações sustentáveis	Gerenciar as licitações com vista à priorização de empresas que tenham uma política ambiental desenvolvida.

Fonte: Cartilha A3P, 5 ed. Ministério do Meio-Ambiente, 2009.

No quadro acima podemos observar que a A3P busca adequar o consumo dos recursos governamentais sobre a responsabilidade ambiental compartilhada, que é tarefa de todos os segmentos da sociedade, do setor público e do setor produtivo.

2.3.1.1 Uso racional dos recursos naturais e bens públicos

Esse eixo tem por objetivo o uso racional dos recursos naturais e bens públicos, evitando o desperdício. Ou seja, a utilização da água, energia, madeira com economia, além de reduzir o consumo de papel (reutilizando os mesmos), copos plásticos (que podem ser substituídos por copos permanentes), reciclar lâmpadas fluorescentes, preferindo o uso de lâmpadas econômicas. Utilizarem a iluminação somente quando houver necessidade (lâmpadas apagadas em ambientes vazios), dando à preferência a iluminação ambiente.

2.3.1.2 Gestão adequada dos resíduos gerados

A A3P busca promover o resgate da cidadania e da ética nos servidores motivando a diminuição do desperdício, através da prática dos 5R's (Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar). Conforme Cogo (2011, p. 21).

O conceito foi adaptado para favorecer processos de Educação Ambiental, por ser prático e mais aplicável ao dia a dia como consumidores:

Repensar – Através do poder de decisão e escolha, deve-se repensar atitudes, principalmente no que se refere ao consumo consciente, com o objetivo de amenizar impactos negativos no meio ambiente;

Recusar - consiste em recusar produtos que não são necessários ou aqueles que gerem impactos socioambientais significativos;

Reduzir – consumir menos, dando preferência aos que tem maior durabilidade. Repensar a real necessidade e utilidade de tudo que se compra; Reutilizar - antes de descartar um produto ou uma embalagem, mesmo para a reciclagem, analise se ele pode ser utilizado de alguma outra forma;

Reciclar – Enviar o produto de volta para o processamento após sua utilização. Proporciona economia de energia, poupa recursos naturais e traz de volta ao ciclo produtivo o que jogamos fora.

Com a dispersão de uma consciência ambiental mais difundida, é sempre maior a necessidade de desenvolver tecnologias de produção mais limpa. Por isso, praticar os 5R's numa organização requer, primeiramente, mudanças de hábitos e costumes. Exige uma transformação de consciência e responsabilidade socioambiental, ou seja, praticar pequenas ações no cotidiano que irão garantir uma melhor condição para gerações futuras (NETO, et. al. 2011).

2.3.1.3 Qualidade de vida no ambiente de trabalho

O objetivo é a melhoria na qualidade de vida, na saúde e segurança no trabalho. Promovendo ações para o desenvolvimento pessoal e profissional de seus servidores, adotando programas focados no ganho de qualidade de vida.

Dos fatores que implicam na melhoria da qualidade de vida no trabalho os mais comuns são: uso e desenvolvimento de capacidades, integração social e interna, respeito à legislação e condições de segurança e saúde no trabalho (MMA-A3P, 2009).

2.3.1.4 Sensibilização e capacitação dos servidores

A sensibilização e capacitação dos servidores se tornam eficiente buscando conciliar a consciência cidadã junto à responsabilidade socioambiental através de campanhas e capacitações em temas específicos. A implementação da A3P nos órgãos públicos necessita de planejamento baseado na participação social dos agentes envolvidos, formulando, implementando e avaliando políticas ambientais com base na cultura, realidade e potencialidades de cada órgão, em conformidade com os princípios de desenvolvimento sustentável.

2.3.1.5 Licitações sustentáveis

Outro ponto de enorme influência e atuação da Administração Pública é a promoção de responsabilidade socioambiental das suas compras, por meio de licitações que visem à sustentabilidade. Utilizando licitações que levem à aquisição de produtos e serviços sustentáveis para uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazo quando comparadas às que se valem do critério de menor preço.

Portanto, a agenda é direcionada à Administração Pública, como uma grande consumidora e usuária de recursos naturais, desempenha um papel estratégico importante na promoção e divulgação de novos padrões na produção e consumo. Deve ser exemplo na redução de impactos socioambientais negativos gerados pelas suas atividades. Embora não haja obrigatoriedade legal à adesão da A3P, algumas instituições já despertaram para a importância de implantar um programa dessa natureza.

A importância em torno de minimizar os impactos ambientais negativos tem ganhado cada vez mais abertura diante das limitações dos recursos naturais disponíveis. Dessa forma o gerenciamento desses recursos torna-se um instrumento necessário e aplicável nos diferentes tipos de setores.

Em termos dos problemas ambientais, as organizações privadas contam com um número considerável de modelos de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) que levam em consideração suas atividades econômicas e operacionais. Já o setor público carente de um modelo para nortear suas ações socioambientais e atender às suas particularidades no âmbito das organizações, criou o programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, atendendo a orientação da Agenda 21. A A3P tem como objetivo estimular os gestores públicos a incorporar princípios, critérios e práticas de gestão ambiental em suas atividades administrativas.

Segundo Fabris e Begnini (2014), o próprio setor público é um grande consumidor de bens duráveis e não duráveis e, conseqüentemente, é um potencial gerador de impactos negativos em seus processos de produção e descarte de resíduos. Como o Estado deve dar o exemplo e tomar a iniciativa, o poder público deve promover ações contra os desperdícios, visando minimizar ou mesmo eliminar os impactos negativos ao meio ambiente, não atuando somente com a intenção de normatizar e fiscalizar as ações sustentáveis dos cidadãos, mas adotar um posicionamento responsável, para gerar valores e incentivar a sociedade como um todo.

Portanto, assim como ocorre no setor privado, a A3P deverá também proporcionar vantagens econômicas para o setor público, mediante a economia de recursos naturais, reduzindo gastos institucionais, bem como, a prestação de contas na esfera governamental contribuirá para a ampliação da consciência ecológica perante o corpo funcional e a sociedade.

Diante das transformações urbanas e adequações dos modelos sociais, políticos e econômicos que apareceram nos últimos anos, é necessário determinar diretrizes que acompanhem os interesses do novo cidadão, definindo um conceito de sustentabilidade mais palpável.

O desenvolvimento sustentável é a alternativa para a sobrevivência e o progresso das organizações ao longo do tempo. É grande o número de empresas que buscam uma nova forma de gestão para escapar das ameaças de escassez de consumidores e recursos, adotam novas formas de se diferenciar de seus concorrentes.

Desde a criação do Estado, existe um controle nas políticas públicas para aquisição de materiais e contratação de servidores suficientes para cumprir as funções de todos os segmentos que competem à Administração Pública. De acordo com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, as compras públicas representam uma parcela significativa na composição do Produto Interno Bruto (PIB), aproximadamente foi empregado 19,6% do orçamento no ano de 2015. Dessa forma, as compras públicas representam um potencial mecanismo para a promoção de mercados e sistemas produtivos em nível global. As demandas governamentais podem, portanto, causar impactos, sendo importante efetuar contratações responsáveis que integrem critérios ambientais, sociais e econômicos a todos os estágios do processo de licitação.

O governo não pode exigir da iniciativa privada um comportamento ecologicamente correto e não fazer a sua parte para a preservação do meio ambiente. Torna-se imprescindível a implantação de um sistema de gestão ambiental em cada repartição pública que deva diminuir os impactos ambientais. (Barata, et. al, 2007).

Um modelo eficiente inclui melhoria dos processos internos de gestão. Tornando a A3P uma ferramenta adequada para promover a reflexão sobre os problemas ambientais em todas as esferas da Administração Pública. Embora sua perspectiva de atuação seja de caráter voluntário, pretende instaurar um novo mecanismo institucional através da adoção de um modelo que corrija e reduza os desperdícios e promova uma melhor qualidade no ambiente de trabalho. Para Cogo et. al. (2012), ainda faltam políticas públicas e programas sobre o conhecimento a respeito das questões centrais

sobre consumo e produção sustentáveis. Sendo essencial a capacitação dos órgãos para que possam fazer uso do seu poder de compra como instrumento a favor da sustentabilidade.

3 METODOLOGIA

Diante das informações presentes, a finalidade deste estudo é analisar as práticas desenvolvidas pelas Secretarias Municipais em Picos - PI que condizem com a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). A pesquisa é de natureza aplicada, pois segundo Silva e Menezes (2001) tem como produzir conhecimentos dirigidos à solução de problemas específicos.

Para alcance dos objetivo foi realizado uma pesquisa de caráter descritiva. A pesquisa é realizada por meio de coleta e análise de dados primários. Segundo Mallhotra (2001, p.108), a pesquisa descritiva “tem como principal objetivo a descrição de algo”, um evento, fenômeno ou fato.

Nesse estudo, foi utilizado como objeto de pesquisa o estudo de caso, que segundo Yin (2001), é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo dos fatos e objetos de investigação, permitindo um amplo e pormenorizado conhecimento da realidade e dos fenômenos pesquisados.

Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o problema por meio de trabalhos já publicados, com a finalidade de aprimorar o conhecimento sobre Administração Pública e a A3P e seus feitos para preservação do meio ambiente. Conforme explana Silva (2016), a pesquisa bibliográfica é fundamentada no diagnóstico de literatura expressas em livros, revistas, publicações avulsos, imprensa, e até eletronicamente pela internet, uma vez que este mecanismo contribuirá para conseguir informações atuais sobre o tema estudado.

Definido o método, a pesquisa segue uma abordagem qualitativa, que envolve a obtenção dos dados descritos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995). Seguindo esse pensamento, a pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas, no intuito de conhecer a perspectiva dos entrevistados sobre o tema.

A entrevista foi orientada através de um roteiro estruturado relacionado aos eixos temáticos estabelecidos pela A3P: uso racional dos recursos, licitações sustentáveis, qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores.

O roteiro de entrevistas foi aplicado aos gestores das Secretárias no município de Picos, pois se tratam de órgãos que detém parcelas importantes no gerenciamento dos recursos públicos, ou seja, responsáveis pelas práticas desenvolvidas nesses ambientes. A entrevista fora realizada do período de 20 de janeiro de 2020 a 14 de fevereiro de 2020.

O universo da pesquisa contempla a Secretaria de Administração; a Secretaria de Finanças; a Secretaria de Saúde; a Secretaria de Educação; a Secretaria de Planejamento; a Secretaria de Obras e Habitação; a Secretaria de Trabalho e Ação Social; a Secretaria de Agricultura; a Secretaria de Meio Ambiente; a Secretaria de Cultura; a Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico; a Secretaria de Transporte e Trânsito; a Secretaria de Serviços Públicos e a Secretaria de Esporte e Lazer. No quadro seguinte estão dispostos os sujeitos das pesquisas e suas respectivas secretarias.

Quadro 2- Sujeitos da pesquisa

Sujeitos entrevistados	Quant.	Código do entrevistado
1. Gestor da Sec. Mun. de Agricultura	1	Entrevistado 1
2. Gestor da Sec. Mun. Esporte e Lazer	1	Entrevistado 2
3. Gestor da Sec. Mun. Turismo e Desenvolvimento Econômico	1	Entrevistado 3
4. Gestor da Sec. Mun. Transporte, Trânsito e Mobilidade Urbana	1	Entrevistado 4
5. Gestor da Sec. Mun. de Finanças	1	Entrevistado 5
6. Representante da Sec. Mun. de Saúde	1	Entrevistado 6
7. Gestor da Sec. Mun. de Educação	1	Entrevistado 7
8. Gestor da Sec. Mun. de Trabalho e Ação Social	1	Entrevistado 8
9. Gestor da Sec. Mun. de Planejamento	1	Entrevistado 9
10. Gestor da Sec. Mun. de Serviços Públicos	1	Entrevistado 10
11. Gestor da Sec. Mun. de Cultura	1	Entrevistado 11
12. Gestor da Sec. Mun. de Obras e Habitação	1	Entrevistado 12
13. Gestor da Sec. Mun. de Administração	1	Entrevistado 13
14. Representante da Sec. Mun. de Meio Ambiente	1	Entrevistado 14
TOTAL	14	

Fonte: sujeitos da pesquisa (2020)

Como instrumento da análise dos dados será utilizado à análise do conteúdo. Para Vergara (2005) A análise de conteúdo é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema. Para Bardin (2011) é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que tem como objetivo enriquecer a leitura e ultrapassar as incertezas, extraindo conteúdos por trás da mensagem analisada.

3.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A A3P é um programa do governo federal que prioriza a incorporação de princípios socioambientais nas atividades da administração pública; busca o estímulo às práticas que incluam mudanças nos investimentos, compras e contratações de serviços pelo governo, além da sensibilização e capacitação dos servidores, a gestão adequada dos recursos naturais utilizados, resíduos gerados, e a promoção da melhoria da qualidade de vida no trabalho.

Após as coletas das informações, a partir das falas dos gestores das respectivas secretarias citadas, os dados foram analisados e interpretados com a intenção de conhecer as ações desenvolvidas pelas secretárias do município, utilizando os eixos temáticos propostos pela A3P como categorias de análise.

Quadro 3- Categorias de análise

Categoria de análise	Descrição sumária dos resultados
Uso racional dos recursos naturais utilizados e bens públicos	Falta de uma conduta de planejamento
Gestão adequada dos resíduos	Falta do cumprimento da Lei nº 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Promovem uma relação interpessoal com os servidores
Sensibilização e capacitação	Falta de sistematização.
Licitações sustentáveis	Não usam critérios sustentáveis na escolha dos licitados.
Conhecimento sobre o assunto A3P	Poucos souberam responder.

Fonte: dados da pesquisa (2020)
Uso racional dos recursos naturais utilizados e bens públicos.

Nessa primeira categoria objetivou-se identificar os principais recursos consumidos pelas secretarias, bem como o desenvolvimento de ações voltadas para o monitoramento e minimização do consumo dos recursos naturais. Sendo os pontos abordados: o uso da energia elétrica, água, papel e copos descartáveis.

Foi possível constatar que nas secretarias, existe de fato uma preocupação em relação ao uso adequado da energia elétrica. Adaptando ações de monitoramento e uso racional dos equipamentos, onde incentiva-se o desligamento de luzes, centrais de ar e computadores, na hora do almoço e intervalo, de forma a minimizar o consumo.

Assim existe na parte da energia né, elétrica agente sempre tá acompanhando se tem, no final do expediente né, se vai ficar alguma coisa ligada assim, o monitoramento que tem em relação a energia (Entrevistado 1).

Sempre recomendamos é... todo e qualquer funcionário ao sair da sala desligar central e... as lâmpadas nada deixar, tudo desligado, computadores. Isso é sempre uma prática que existe aqui dentro da secretaria (Entrevistado 4).

Fica evidente na fala dos entrevistados a preocupação com aumento do consumo de energia, tornando-se uma iniciativa importante. O que para a A3P (2009) o aumento do consumo de energia elétrica é um fator bastante preocupante pela possibilidade de afetar a vida da população. Surge então a necessidade de utilizá-la de modo inteligente e eficaz.

O mesmo ocorre com o uso de papel e copos descartáveis. De forma que apenas algumas secretarias incentivam o hábito entre os seus servidores para utilização de impressão frente e verso, a reutilização de folhas como rascunho ou bloco pra anotações, e a adoção de copos permanente.

[...] a própria equipe sugeriu que os funcionários adotem cada um o seu copo ou traga da sua casa seu copo para evitar o desperdício de copo descartável ficando assim só pra os visitantes, pra os cidadãos que vêm a secretaria...então é...o aproveitamento de papel, de...ofícios antigos que sirvam depois como é...borrões, em fim, agente aproveitamos ao máximo todo papel que é produzido e que não tem mais nenhum valor, ao invés da gente jogar no lixo ele e transformado em bloquinhos pra rascunho, anotação, isso ajuda com que agente diminua a questão da compra, a questão também econômica e ajudando com a questão do meio ambiente. (Entrevistado 3)

sim, a gente lá na secretaria é...logo no mês de janeiro , quando assumi , a gente já, na primeira reunião com os servidores estava na pauta a questão da sustentabilidade né, em relação a papel, a copo, a questão de cada um adotar o seu copo (Entrevistado 5).

[...] a questão também de reciclagem de papel, realmente, porque uma secretaria de finanças, que a demanda do consumo de papel é enorme, lá é onde tem impressão de todos os tributos da cidade, então de certa forma...é onde mais se consome papel na administração, é na secretaria de finanças. E a gente sempre bate nessa tecla, de reutilizar, a questão de blocos de rascunho a gente tem toda essa preocupação, a parte de monitoramento pra ser usado papel só em caso de trabalhos voltados pra secretaria. (Entrevistado 5).

é com relação a esse monitoramento é algo mesmo interno da secretaria, de tentar conscientizar os funcionários sobre o uso de copos, uso de papel, de só imprimir aquilo que realmente for necessário, que for utilizar, usar o dois lados é...algum material que for impresso é pode ser utilizado depois como rascunho, pra que a gente não fique reutilizando sempre papel novo. Com relação ao copo existe até um projeto da secretaria de meio ambiente, que seria pra ser implantado na prefeitura como um todo, em todos os órgãos da prefeitura, que é o projeto reduza descartáveis, adote um copo, pra cada um

ter o seu copo tanto de água quanto de café, pra não ficar utilizando o copo descartável, que é um consumo muito grande de copo descartável, mas esse projeto ficou mesmo de forma interna na secretaria de meio ambiente e de forma bem pontual, não tem nada sistematizado (Entrevistado 14).

Segundo a colocação dos entrevistados, fica notória a importância do controle dos gastos públicos com materiais do uso cotidiano dessas secretarias. Sendo a administração pública uma grande consumidora de materiais de expedientes é importante sensibilizar os servidores a adotar novos procedimentos estabelecendo por exemplo, o monitoramento dos recursos disponíveis.

Além disso, entre todas, apenas 3 (três) Secretarias fizeram menção ao uso adequado da água. O entrevistado 6 relaciona o controle do consumo da água apenas ao aumento nas contas. Diferencialmente do entrevistado 8 que relaciona o uso adequado a preocupação ambiental e o entrevistado 7, que demonstrou abranger o uso adequado para além da sua sede, adotando práticas sustentáveis nas escolas de forma a induzir a consciência ambiental para o corpo discente e docente.

esses dias a gente esta intensificando a campanha pra redução dos gastos relacionados a energia elétrica e a água [...]porque as contas estão vindo muito altas, e a gente sabe que esta havendo desperdício dessa parte (Entrevistado 6)

[...] em relação a água agente já teve alguns probleminhas também, com algumas torneiras, é aquela de ficar pingando, e a agente vai já imediato já pede pra ser concertar, por que a gente sabe que a água na vida da gente é muito importante e nós temos que realmente tá economizando. (Entrevistado 8)

[...] com relação a água também, se houve um aumento agente chama também pra ver, tudo isso já prevendo não só de maneira econômica, pensando no financeiro, também, pensando na sustentabilidade [...] temos alguns projetos em algumas escolas com relação a hortas, que a própria água e reutilizada na horta. (Entrevistado 7).

A adoção de critérios ambientais nas atividades administrativas e operacionais da Administração Pública constitui-se um processo de melhoramento continuo que consiste em adequar os efeitos ambientais das condutas do poder público à política de prevenção de impactos negativos ao meio ambiente. Sendo assim, justifica-se as ações voltadas para o uso racional dos recursos naturais e bens públicos a falta de um planejamento racional. Para Pedron (et al., 2006, p. 105) a falta de iniciativas “tem promovido diversos impactos negativos, muitas vezes chegando a limites críticos em

determinadas regiões, resultando em degradação ambiental e redução da qualidade de vida” .

Logo foi possível perceber também, que há secretarias que não desenvolvem nenhum mecanismo de conduta que priorizem o uso adequado de algum dos critérios da A3P.

não, agente...não fazemos trabalho na secretaria (Entrevistado 10).

não desenvolve nada, nada. Não existe nenhuma política interna, que eu tenha conhecimento, nem da prefeitura pra nenhum órgão (Entrevistado 11).

Na fala do entrevistado 11, fica claro que a as Secretarias trabalham de forma independentes em relação à adoção de praticas ambientais. Ou seja, aquelas que adotam algum mecanismo trabalham de forma pontual, sem nenhuma sistematização por parte da prefeitura. Fatos que ficam evidentes na fala do entrevistado 14. O que para Barata et al. (2007, p. 169) as instituições públicas tem a missão direta de promover o bem-estar da sociedade, deveriam ser as primeiras a implantar um sistema eficiente de gestão ambiental.

3.2 GESTÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS.

Essa segunda categoria contempla a análise sobre a adoção das ações de descarte praticadas pela instituição, quanto aos seus bens obsoletos e os resíduos produzidos pelas Secretarias. Por tratar-se de órgãos públicos as Secretarias seguem o mesmo padrão para descartes. Isto é, todos os bens “sem utilidade”, são encaminhados ao almoxarifado da prefeitura; em alguns casos, são recuperados e remanejados para outros setores. Em relação aos resíduos sólidos em geral, as secretarias não realizam ações (coleta seletiva) para o seu descarte, tornando o seu destino final o aterro sanitário do município.

Então no mês de janeiro, quando a gente chegou na secretaria tinham vários...principalmente impressoras e aparelhos de telefone fixo, estavam abandonado, mas que ainda tinham condição de uso, então a gente fez com pessoal do setor de informática, agente fez meio que uma reciclagem de computadores, de impressoras. Só em impressoras a gente conseguiu recuperar três impressoras, assim, além da preservação em relação aquelas impressoras não irem pra o lixo, tornar, de degradar o meio ambiente, teve também a questão da economicidade [...] quando não tem mais condições de reaproveitamento da própria secretaria, o município conta com um espaço

onde é feita essa...destinação desse lixo. Que até de certa forma é um prejuízo, porque lá tem muita coisa que dá pra ir pra reciclagem, mas infelizmente o município ainda está despreparado, não se ateu a essa política de reciclagem dos equipamentos. (Entrevistado 5)

[...] o lixo é coletado pela secretaria de serviços públicos como o lixo doméstico de toda cidade, eles coletam de sala em sala e colocam lá fora no horário que o caminhão passa (Entrevistado 14).

Fica evidente na fala dos entrevistados que não há destinação correta para os resíduos gerados. Tornando um dado importante, já que demonstra a falta de preocupação da gestão com a preservação do meio ambiente, como também a falta do cumprimento da Lei nº 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

3.3 QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

Nessa terceira categoria preocupou-se em levantar dados básicos sobre a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

sim, tem alguns cursos, minicursos assim...tipo de incentivo para os servidores...tipo uma qualificação (Entrevistado 1).

sim, a gente tá sempre fazendo reuniões no sentido das pessoas se cuidarem né...se a pessoa tá sadia...ela vai tá com a mente melhor e vai ajudar a secretaria, então tudo que necessário nesse sentido pra melhor desenvolver o trabalho tá sendo pronto ajudá-los. (Entrevistado 4).

As Secretarias promovem mais uma relação interpessoal com os servidores e proporcionam aos mesmos, desenvolvimento de capacidade. Se houvesse realmente um programa de QTV (qualidade de vida no ambiente de trabalho) os servidores ficariam mais motivados. O que corrobora com a fala de Rizzatti (et al., 2013), que a QVT é um programa que visa facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador ao desenvolver suas atividades, partindo do pressuposto que os servidores são mais produtivos quanto mais estiver satisfeitos e envolvidos com o próprio trabalho.

Percebeu-se também a falta de estrutura e segurança no ambiente de trabalho.

Olha nós estamos com um projeto, quando assumi a secretaria de finanças porque é um local meio que até insalubre, então foi uma das exigências que eu fiz ao prefeito foi em relação a uma reforma do espaço (entrevistado 5).

Que realizou não, mas a necessidade existe né. Mas assim, por exemplo, aqui estamos nesse prédio são varias secretarias no mesmo prédio, então foi sendo dividido e assim não seguiu um padrão [...] não levou em consideração também a questão de iluminação, distribuição da água...como as salas são muito fechadas por exemplo a gente tem que passar o dia inteiro com a luz acesa, por que aqui não tem abertura (Entrevistado 14).

De acordo com a fala dos entrevistados as secretarias necessitam de uma adequação nos espaços, e na acessibilidade, tanto para os seus servidores, como para o público em geral. O que para Burigo (1997) As ações relacionadas à qualidade de vida no trabalho tem uma abrangência muito grande, pois estão relacionadas às questões associadas ao bem-estar, saúde e à segurança do trabalhador.

3.4 SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

A quarta categoria buscou fazer um levantamento sobre programas voltados pra capacitação ou sensibilização sobre gestão ambiental.

sim, a gente já fez inclusive algumas capacitações...ao próprio funcionamento da secretaria. a gente esta planejando fazer uma nova agora por que teve essa mudança de gestão e tudo, mudança de secretario, muitos funcionários novos . Então e sempre importante mostrar como a secretaria funciona, quais são a legislação que nós temos. [...] as vezes vem um pessoal da secretaria estadual de meio ambiente pra fazer capacitação também com os funcionários (Entrevistado 14).

Assim, de capacitação não, de capacitação ambiental não, só de sensibilização. Que capacitação é um curso sistemático sobre o meio ambiente não, a capacitação se dá em outras áreas (Entrevistado 9).

Sim, isso a secretaria promove, mas normalmente são confraternizações internas (Entrevistado 11).

Na fala do entrevistado 14 fica evidente a menção ao desenvolvimento de mecanismos para a capacitação e sensibilização ambiental entre os seus servidores, mas nada é sistematizado. As demais Secretarias apenas abordam o assunto de forma convencional. O Estado como principal interlocutor perante a sociedade deve sensibilizar e capacitar o servidor público com relação às praticas ambientais, conforme a agenda A3P (2009, p.45) a sensibilização busca criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores. O processo de capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais fornecendo

oportunidade para os servidores desenvolverem atitudes para um melhor desempenho de suas atividades.

3.5 LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Com relação a essa quinta categoria, alguns gestores responderam que não aderem a nenhuma forma de licitação sustentável. Outras de certa forma buscam aderir esse tipo de licitação. Entretanto, as Secretarias encaminham os pedidos de compra materiais e contratação de serviços à prefeitura, mas desconhecem o fato da mesma fazer uso de critérios que respeitem os padrões de sustentabilidade nas licitações. Conforme a fala dos entrevistados abaixo:

Assim, sempre aquela questão de tentar procurar a procedência, mas não tem nada formal que diga, só vai adquirir se tiver é um programa de sustentabilidade, as próprias licitações não exigem esse tipo de padrão. [...] cada secretaria em si não tem essa compra direta, é tudo licitado pela prefeitura (Entrevistado 14).

Isso, hoje assim, já é lei buscar essas empresas que façam esse tipo de serviço, e principalmente é na aquisição de equipamentos eletrônicos e na questão de equipamentos de informática é uma coisa que sempre a gente observa quando vai solicitar ao setor de informática pra fazer um levantamento de um equipamento de um computador, por exemplo, que atendam as necessidade, mas é uma das coisas que a gente discute, colocar pra o interesse de aquisição que é feito também por licitação né, todo esse processo é licitatório, mas quem respeitem os padrões ambientais já é um ponto, já é uma vantagem na licitação, isso não só dizer mas realmente comprovar (Entrevistado 5).

Segundo a A3P (2009) a Administração Pública deve promover a responsabilidade socioambiental das suas compras. Licitações que levem a aquisição de produtos e serviços sustentáveis são importantes não só para conservação do ambiente mais também apresentam uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazo quando comparadas as que se valem ao critério de menor preço.

Conhecimento sobre a A3P

Na sexta categoria foi analisado o nível de conhecimento dos secretários sobre a aplicabilidade da A3P nas Secretarias, assim como as vantagens que o mecanismo proporciona para o setor.

Sim, já ouvi falar sobre os compromissos que a gestão pública tem que assumir né...até por todos os compromissos que o país já assumiu internacionalmente né [...] a

gente sabe, pra mim é um caminho que não tem como retroceder né...essa preocupação com a perspectiva ambiental, com perspectiva sustentável que ainda abrange outras vertentes como a preocupação do lado social mas, é... a gente precisa dar um paço a frente nisso, eu acho que a própria secretaria de meio ambiente é... seria interessante que ela movesse um projeto que fosse de capacitação, de sensibilização e de uma mudança de pequenas estratégias internas com todas as secretarias do município (Entrevistado 11).

Não, por que assim, também não faz parte da minha pasta, por que é agricultura e abastecimento, essa questão do maio ambiente em si assim, mais profundo é com a secretaria de meio ambiente (Entrevistado 1).

No que tange o conhecimento da A3P, nota-se a disparidade nas respostas. Entre todos os entrevistados, a maioria compactua com a colocação do entrevistado 1. No entanto para que as mudanças pretendidas pela Agenda na cultura institucional possam ser efetivadas, é decisivo o engajamento dos servidores e dirigentes, caso contrário, a Agenda será mais um programa governamental sem garantia de continuidade (BARATA; KLIGERMAN; GOMEZ, 2007 apud FABRIS et. al. 2014).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo abordou a temática sobre a A3P nas Secretarias, através de um estudo sobre as práticas realizadas nas Secretarias do município de Picos - PI que condizem com a agenda da administração pública (A3P). A A3P é um programa que visa incorporar práticas socioambientais nas atividades rotineiras da administração pública, através de técnicas de educação ambiental que estimulam a conscientização dos servidores públicos para otimização dos recursos, combate ao desperdício e a busca de uma melhor qualidade de vida do ambiente de trabalho. .

Em resposta ao objetivo geral da pesquisa, considerando os resultados, de uma forma geral no eixo 1, observa-se que, em relação ao uso racional dos recursos naturais, acontece um gerenciamento preventivo quanto ao uso da energia, o reaproveitamento do papel, e a adoção de copos. Seguem dois critérios (reduzir, reaproveitar) dos 5' RS abordados pela A3P (repensar, reduzir, reaproveitar, reciclar, recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos). A prática dos 5R's é uma transformação que exige consciência e responsabilidade socioambiental, partindo primeiramente das mudanças de hábitos e costumes.

Quanto ao eixo 2, os materiais obsoletos quando não estão mais em condição de uso, os mesmo são devolvidos a secretária de administração, por serem tombados. No entanto, não existe uma política efetiva de reciclagem ou uma logística reversa para seus bens, que não podem ser descartados diretamente no lixo. Já os resíduos sólidos foram constatados que nenhuma Secretaria possuiu uma destinação alternativa que permita a reciclagem do lixo produzido, nem coleta seletiva, que sigam os padrões estabelecidos pela PNRS (política nacional de resíduos sólidos).

Em relação ao eixo 3, os aspectos observados sob a qualidade de vida dos servidores no ambiente de trabalho condescendem com a necessidade de melhorias na estrutura física das Secretarias. Já com relação ao eixo 4, à sensibilização e capacitação deve-se sempre buscar trabalhar o desenvolvimento de uma consciência ambiental, através de treinamentos, palestras, na intenção de melhorar as ações dos servidores. No entanto, nesse contexto também surge à qualidade de vida no ambiente de trabalho, já que os fatores mais comuns que os órgãos públicos adotam é o uso e desenvolvimento de capacidades, integração social e interna, que respeitam à legislação e condições de segurança e saúde no trabalho.

Em vista ao eixo 5, sobre as licitações foi observada uma conduta parcial a adoção de medidas sustentáveis. No entanto estes órgãos barram nos critérios adotados pela prefeitura, que segundo alguns entrevistados, leva-se em consideração apenas o preço do mercado, uma vez que, os materiais sustentáveis ainda custam “caros” para a adoção destes pelas Secretarias. Algo que tornaria economicamente viável, se o poder público contribuísse na criação de tecnologias e soluções ecológicas.

A última categoria analisada buscou saber o conhecimento dos secretários sobre a A3P. Embora, não haja um conhecimento teórico pela maioria dos gestores, ficou constatado que as atitudes trabalhadas pelas secretarias, mesmo que pequenas, suas ações conduzem em parcial conformidade com objetivos propostos pela Agenda Ambiental. Portanto, as mesmas precisam de um projeto de melhoria pra implementação da A3P, o que tronaria o município reconhecido pelo seu desempenho de forma positiva pela comunidade, frente às reduções de gastos públicos, e atuante na educação ambiental.

Percebeu-se que entre os eixos abordados acima, o eixo mais efetivo nas Secretarias foi o eixo 1, que trata do uso racional dos recursos naturais e bens públicos, embora seja trabalhado de forma pontual entre as secretarias do município, as mesmas demonstram preocupação com os recursos naturais, atendendo as ações propostas no

objetivo dois da A3P. Durante a pesquisa ocorreram algumas dificuldades na coleta de dados, como a indisponibilidade da colaboração de alguns secretários na realização do estudo. Espera-se que a realização desse estudo contribua para a compreensão de algumas questões acerca da conscientização ambiental em profissionais da administração pública e que incentive pesquisas futuras acerca da aplicabilidade da A3P em outros contextos organizacionais públicos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L.(2011). Análise de conteúdo. São Paulo: Edição 70.

BEZERRA, A. N.; SILVA, L. A. da; CABRAL, A. C. de A.; SANTOS, S. M. dos. Agenda ambiental na administração pública-a3p: um estudo em instituições sediadas em Fortaleza/CE. In: Encontro internacional sobre gestão empresarial e meio ambiente, 17. 2015, São Paulo. Anais...São Paulo : XVII ENGEMA, 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de políticas para o desenvolvimento sustentável. Agenda 21: um novo modelo de civilização. Brasília: MMA, 1999. 8 p. (Caderno de debate agenda 21 e sustentabilidade). Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/caderno_rosa.pdf. Acesso em 14 de janeiro de 2020.

BRASIL, Lei Nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)

BRUNDTLAN, Comissão. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: o nosso futuro comum. Universidade de Oxford. Nova Iorque, 1987. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>. Acesso em 21 de fevereiro de 2020.

BUENO, Wellington; OLINDA, Fernando; BORINELLI, Benilson. O estudo do gasto público em meio ambiente. Economia & Região, Londrina(Pr), v.1, n.1, p.118-133, jan./jul. 2013. Disponível em: www.uel.br/revistas/uel/index.php/ecoreg/article/download/12711/12365. Acesso em 12 de maio de 2020.

BÚRIGO, Carla Cristina Dutra. Qualidade de vida no trabalho. Revista de Ciências Humanas, v. 15, n. 22, p. 90-111, 1997.

COGO, G. A. da R; OLIVEIRA, I. L. de; TESSER, D. P. Agenda ambiental na administração pública (A3P) - um instrumento a favor da sustentabilidade na administração pública. In: XXXII Encontro nacional de engenharia de produção. Anais. Bento Gonçalves/RS, 2012. Disponível em: www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2012_tn_sto_167_969_20065.pdf. Acesso em 13 de maio de 2020.

FABRIS, Bruna Rafaella; BEGNINI, Karoline. Estudo da Gestão Ambiental Conforme a Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P no Setor Público Ambiental do Município de Chapecó – SC. 2014. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso, Bacharelado em Engenharia Ambiental, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Francisco Beltrão, 2014.

FERREIRA, M.A.; D.R.OLIVEIRA. Planejamento e controle interno no setor público: uma relação orientada para resultados. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 7 , n. 4 , p. 3 6020 – 3 6035, 2021.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v. 35, n.2, p.57-63, abril 1995.

LIMA, G. F. da C. A institucionalização das políticas e da gestão ambiental no Brasil: avanços, obstáculos e contradições. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 23, p.121-132, 2011.

LOYOLA, M. M. A Responsabilidade socioambiental da administração pública. Revista do Ministério Público do Estado de Goiás, Goiânia, 15, n. 1.809-5.917, p. 7-12, abr./jun. 2008.

MALHOTRA, N. K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P. Brasília. 5 ed. 2009. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf. Acesso em 13 de maio de 2020.

Agenda 21. Brasília, 2011a. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18>> Acesso em: 17 de maio de 2020.

NETO, Jorge da silva correia; ALBUQUERQUE, José de Lima; SANTOS, José Carlos Mota dos; SANT’ ANNA, Carlos Henrique Michels de. Agenda ambiental na administração pública (A3P): os desafios da implementação. Revista da ciência da administração. v 14, ago- dez 2016. Disponível em: www.singep.org.br/5singep/resultado/489.pdf . acesso em 27 de abril de 2020.

PEDRON, Fabrício de Araújo; POELKING, Everton Luís; DALMOLIN, Ricardo Simão Diniz; AZEVEDO, Antonio Carlos de; KLAMT, Egon. A aptidão de uso da terra como base para o planejamento da utilização dos recursos naturais no município de São João do Polêsine–RS. Ciência Rural, v. 36, n. 1, 2006.

PRADO, Walkiria Cavalcanti. Gestão participativa A3P (agenda ambiental na administração pública) na prefeitura da cidade do Recife-PE: contribuições da educação à distância. Dissertação (Mestrado em tecnologia e gestão em EAD). Recife, 2015. Disponível em: ww5.ead.ufrpe.br/ppgteg/pdf/2015/dissertacoes/Walkiria_Prado.pdf. Acesso em: 12 de maio de 2020.

PECCATIELLO, Ana Flávia de Oliveira. Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000). In. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 24, p. 71-82, jul./dez. 2011. Editora UFPR. Disponível em: revistas.ufpr.br/made/article/download/21542/17081. Acesso em 13 de maio de 2020.

ROSA, Eliema C. P. da. Licitações Sustentáveis em Sergipe. [S.I.]: Compras net, 2010. Disponível em: < <http://www.comprasnet.se.gov.br/modules/wfdownloads/visit.php?cid=1&lid=263>>. Acesso em: 15 de maio de 2020.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 2 ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 120 p.

SOUZA, G. S. a educação sustentável do consumidor e os efeitos do consumo exacerbado no mundo capitalista. *Jornal da Fundação. Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM. Marília/SP*, 2013.

VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de pesquisa em administração. São Paulo: editora Atlas, 2005.

YIN, R. K. Estudo de caso: Planejamento e Métodos. Tradução: Daniel Grassi. 2. Ed. Porto Alegre: Brookman, 2001